NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 24/Set

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2420/2020

SUSPENSO Julgamento do STJ sobre Aposentadoria Especial dos Vigilantes

PEDIDO DE VISTAS DA MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

O Superior Tribunal de Justiça – STJ, que decidiria na sessão de ontem, 23/09/2020, o julgamento do Tema 1.031 para definir os rumos da aposentadoria especial dos vigilantes, foi suspenso em virtude do pedido de vistas da Ministra Assusete Magalhães.

O julgamento, que tem como relator o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, é muito esperado por toda a categoria e já foi remarcado algumas vezes. O referido relator apresentou voto em que rejeita o recurso do INSS e reconhece especialidade da atividade do vigilante armado e desarmado, exercida após a edição da Lei 9032, de 1995, e do decreto de 1997, até novembro de 2019 (reforma previdenciária).

No relatório o ministro relator destacou dentre outras coisas que "só por estar exercendo a atividade o trabalhador já está exposto a uma situação lesiva, danosa ou perigosa", disse ainda que "a realidade zomba de qualquer dispositivo legal e que a realidade não se muda com golpes de caneta e que muito embora os Decretos e Leis não contemplem os agentes perigosos, não quer dizer que eles tenham sido eliminados, pois não é a realidade no mundo do trabalho, portanto sendo plenamente possível a caracterização de atividade especial mesmo sem o uso de arma de fogo, pois a exposição ao risco por si só, admite este reconhecimento".

No momento em que a Ministra Assusete Magalhães pediu vistas, além do voto do relator, três ministros já o tinham acompanhado.

De acordo com o regimento interno do STJ, os ministros tem prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 30, mediante justificativa, para devolver os processos para julgamento, já com a apresentação do voto vista. Se o prazo não for cumprido, o processo será incluído automaticamente na pauta de votação do

colegiado de origem. O prazo é monitorado por meio de um sistema eletrônico. Não há como saber, mas segundo avaliações de alguns juristas, a ministra não deve levar todo este tempo, já que fez um questionamento técnico e que não apresentou questionamento quando ao assunto em si. De qualquer forma, precisamos estar atentos aos desdobramentos deste pedido.

Quando os processos retornam do pedido de vistas, o regimento prega que devem ser incluídos para julgamento da Corte, impreterivelmente até 48 horas antes do horário previsto para início da sessão.

A próxima sessão do STJ está prevista para ocorrer em 15 dias.

A seção é composta por 10 ministros, sendo que só 9 deles votam e o presidente só vota em caso de empate, sendo dele o voto de minerva.

Estamos empenhados no acompanhando deste julgamento. O assunto é de suma importância para nós, já que existem vários processos paralisados no aguardo desta decisão do STJ com o reconhecimento da atividade de periculosidade da profissão, para que o vigilante armado ou desarmado, possam ter garantido o direito definitivo à aposentadoria especial.

A decisão também é de extrema relevância para os rumos do PLC 245/2019 que trata da aposentadoria especial dos vigilantes que está em tramitação no Congresso Nacional e da ADIN da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria – CNTI que pede a Declaração de Inconstitucionalidade do fim da aposentadoria especial aprovada na Reforma da Previdência.

Estamos vigilantes!

Fonte: CNTV

SERGIPE

Informe Sindivigilante Sergipe:

Aracaju, 23 de setembro de 2020

Como foi dito anteriormente, no dia de hoje estivemos reunidos com os representantes das empresas de vigilância, e com os responsáveis pela secretaria da educação do estado, para tratar de assuntos referentes a migração dos vigilantes de uma empresa para outra, nos postos da educação.

Ficou determinado pelo secretário e pelo diretor da secretaria da educação, que as empresas deverão absorver os trabalhadores dos devidos contratos. O secretário reconhece que vivemos momentos difíceis, e que a manutenção dos empregos desses profissionais é fundamental! Queremos aqui expressar a nossa gratidão e parabenizar o secretário, e o diretor da secretaria da educação, por serem solidários com a causa desses trabalhadores.

A luta continua, Unidos Somos Fortes!

FONTE: SINDIVIGILANTE SERGIPE

RIO GRANDE DO NORTE

Sindsegur em fiscalização

A fiscalização sindical é uma das ferramentas que o sindicato laboral tem de evitar quebras de contrato, mantendo o cumprimento das leis trabalhistas e buscar a harmonia entre empregado e empregador. Para que não haja excessos no trabalho.

O Sindsegur sempre mantém fiscalizações diárias em vários postos de serviços na área de vigilância para se fazer cumprir as normas de segurança, orientando o trabalhador e tirando dúvidas.

A diretoria deixa claro para o trabalhador que sempre acione o sindicato quando estiver na dúvida de algum procedimento que não seja da profissão vigilante ou até mesmo quando se é retirado direitos para que se possa direcionar os questionamentos ao setor jurídico. Denúncias 3322-2076.

FONTE: SINDSEGUR

Trabalhadores dos Correios repudiam decisão do TST e encerram greve

Categoria perdeu 50 dos 79 pontos do acordo coletivo de trabalho e se prepara para "grande batalha" contra privatização

Greve teve início em 17 de agosto, após Correios suspenderem 50 dos 79 pontos do acordo coletivo de trabalho (ACT) da categoria -

Marcelo Camargo /Agência Brasil

Em assembleia realizada no final da tarde desta terça-feira (22), em Brasília (DF), empregados dos Correios deliberaram por um repúdio coletivo contra a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que, na segunda (21), determinou o fim da greve e retirou 50 entre 79 direitos anteriormente conquistados pela categoria por meio do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Os funcionários que atuam no Distrito Federal (DF) também resolveram voltar às

atividades a partir das 23 horas desta terça (22). Apesar do capítulo que encerra os mais de 30 dias de greve, o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do DF (Sintect-DF) vê aspectos vitoriosos no movimento e se prepara para uma "grande batalha" contra a privatização da empresa..

"A gente avalia que a greve em si foi muito positiva e teve uma unidade muito grande de todos os trabalhadores como classe. A gente sai satisfeito com o que foi construído na greve", disse ao Brasil de Fato a presidenta da entidade, Amanda Corcino.

Nossa grande batalha mesmo vai ser contra a privatização.

A deliberação pelo retorno às atividades se dá no nível estadual e diferentes assembleias ainda deverão ocorrer na noite desta terça pelo país. No DF, o movimento sindical tenta dar uma injeção de ânimo na base para lembrar os próximos capítulos da disputa.

"Pedimos hoje aos trabalhadores pra recompor as forças porque a nossa grande batalha mesmo vai ser contra a privatização. A empresa deu um importante passo do lado deles porque barateou o custo do nosso serviço retirando esses direitos. Então, a gente sabe que agora ela vai vir com tudo com esse projeto de privatizar e que a gente vai precisar recuperar nossas forças pra lutar contra ele. Não teremos muito tempo pra nos lamentar", frisa Amanda Corcino.

Crítico ao resultado proclamado pelo TST, o carteiro Romilson Rodrigues, que atua em Natal (RN), se diz "revoltado" com a decisão dos ministros, mas também realça "vantagens" na greve. Ele cita o fato de cinco dos sete magistrados da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST terem considerado a paralisação como não abusiva, ao contrário do que foi demanda judicialmente pela direção dos Correios.

"Então, o nosso movimento foi válido e, de certa forma, foi vencedor porque nós não aceitamos em nenhum momento a imposição de um governo ditatorial", ressalta, ao criticar a conduta da estatal diante das tentativas de negociação. A greve foi deflagrada em 17 de agosto após os Correios suspenderem 70 dos 79 pontos do ACT para 2020/2021. Durante o julgamento de segunda-feira, alguns ministros destacaram que a direção se mostrou indisponível para um acordo.

"A ECT [Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos] negou-se peremptoriamente em apresentar qualquer avanço no sentido de atender ao menos parcialmente às reivindicações da categoria", disse, por exemplo, a relatora do processo, Kátia Arruda.

Aprofunde-se: Por que o projeto de privatização dos Correios não faz sentido

Resultado

Entre as cláusulas que foram suspensas do ACT por parte dos ministros, os trabalhadores perderam, por exemplo, auxílio-creche, licença-adoção, direito a itens de proteção para contextos de trabalho com baixa umidade relativa do ar, vale-cultura e licença-maternidade de 180 dias. No caso desta última, ela voltará a ser de 120 dias.

A direção da empresa alegou problemas financeiros para a manutenção integral do ACT. No julgamento, os magistrados decidiram ainda que os grevistas precisarão ter metade dos dias de greve descontada no salário.

"Como se pode ver, nós perdemos muita coisa. A mídia não deu a cobertura que nós precisávamos e alguns chegaram a dizer que estávamos brigando por 'vale-peru', mas estávamos lutando por direitos. Pra mim, ficou claro que nem sempre podemos confiar na Justiça. Eu não gosto de generalizar, mas essa decisão de ontem foi absurda", critica carteiro Romilson Rodrigues, que retornou ao trabalho nesta terça.

Em nota pública divulgada nesta mesma data, a direção dos Correios disse que a maioria dos grevistas retornou às atividades e que 92,7% do quadro estavam operando.

Fonte: Brasil de Fato

Com 8 mil exames não realizados, INSS vai ligar para remarcar perícias. Veja os cuidados para evitar golpes

menos 87 agências, segundo a ANMP, das 108 unidades do país que tinham agendas abertas já haviam sido liberadas pelos médicos

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou, nesta quarta-feira (dia 23), que fará o reagendamento de segurados que, mesmo com horário marcado, deixaram de ser atendidos após a reabertura parcial das agências em todo o país, especialmente pelo cancelamento de perícias médicas. Mas é preciso atenção para não ser vítima de golpe.

O órgão acrescentou que, devido ao excesso de demanda provocado pela necessidade de reagendamentos e informações após a retomada parcial do trabalho em agências, fará reagendamentos automáticos, especialmente de perícias médicas, e avisará ao segurado por meio de ligações.

O segurado, no entanto, deve ficar alerta, pois o INSS não pede dados pessoais, bancários nem sobre benefícios. O instituto já tem essas informações em seus sistemas. Portanto, qualquer tentativa de terceiros de obter esses dados pode ser um golpe.

O INSS ligará para todos os segurados que tenham cadastros atualizados até esta sexta-feira (dia 25), informando sobre a remarcação. Serão contatados oito mil segurados no período, para que seja feito o reagendamento.

Aqueles que não receberem a ligação não estão com telefone atualizado nos cadastros do INSS e devem, portanto, procurar o INSS para fazer o agendamento.

Quem vai receber a ligação

Devem receber ligações os segurados que haviam feito um agendamento, mas não tiveram os exames realizados por orientação

da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP). A entidade tem aguardado a realização de inspeções sanitárias próprias nos postos do INSS para verificar se há condições de retorno dos peritos ao trabalho em meio à pandemia.

Ao menos 87 agências, segundo a entidade, das 108 unidades do país que tinham agendas abertas já haviam sido liberadas pelos médicos até terça-feira, para a retomada dos exames.

Nova central de atendimento

O INSS ainda anunciou que está em processo de contratação de mais uma central de atendimento. Com isso, espera haver um aumento de 30% na capacidade de atendimento pelo canal. O INSS ainda pretende contratar uma plataforma centralizada para tentar reduzir o tempo de espera.

A partir da semana que vem, o serviço de reagendamento também poderá ser feito pelo site ou pelo aplicativo Meu INSS. Dessa forma, só precisará entrar em contato pelo 135 se não puder comparecer na data e na hora marcadas, para proceder com o reagendamento mais adequado.

A Justiça Federal do Distrito Federal suspendeu o corte de ponto de médicos peritos que não voltarem ao atendimento presencial nas agências reabertas em todo o país. A ação foi movida pela ANMP.

A Advocacia-Geral da União recorreu da decisão ainda nesta quarta-feira. Segundo a AGU, documentos "comprovam o rigoroso cuidado que precede a reabertura de cada agência do INSS" considerada apta e os "graves prejuízos causados pela não realização das perícias, a fim de demonstrar que é de todo infundada a pretensão da associação".

Fonte: Extra

CONFIRA OS CUIDADOS PARA EVITAR GOLPES

O INSS ALERTA QUE ESTELIONATÁRIOS TENTAM SE PASSAR POR SERVIDORES FEDERAIS PARA APLICAR GOLPES CONTRA SEGURADOS. VEJA OS CUIDADOS:

- Segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm recebido ligações de pessoas que se passam por atendentes da Central 135 – canal oficial de contato com o órgão – nas quais os golpistas solicitam dados pessoais ou número do benefício

Caso isso aconteça, não confirme. O INSS, quando entra em contato com o cidadão, não pede este tipo de informação

- Para fazer o reagendamento do serviço, o atendente irá confirmar somente o nome completo do segurado

O atendente não vai solicitar dados bancários ou informações do benefício como valor de aposentadorias e pensões, por exemplo

Se pedir para falar com o segurado e a pessoa disser que não é ou desconhece, o 135 encerra a ligação

Ao entrar em contato com os segurados que precisam cumprir exigências, por meio de ligações da Central 135 ou SMS, o INSS dará as orientações sobre como proceder para o envio de documentação. O segurado será informado da pendência no requerimento para poder fazer o envio da documentação pelo Meu INSS (site ou aplicativo)

Caso receba uma ligação solicitando dados pessoais e informação do benefício, o segurado deve encerrar imediatamente a ligação e entrar em contato com a Central do INSS pelo telefone 135

Desempregados podem ter mais duas parcelas do seguro-desemprego

CUT de demais centrais sugeriram ao Codefat pagar mais duas parcelas para trabalhadores demitidos de março a dezembro deste ano. Decisão sai nesta quinta

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vota nesta quinta-feira (24) proposta da bancada dos trabalhadores de pagamento de mais duas parcelas do seguro- desemprego a todos os trabalhadores e trabalhadoras inscritos no programa, e que foram demitidos de março a dezembro deste ano.

A proposta, feita no dia 16 julho deste ano, foi formulada pelos conselheiros da CUT e demais centrais (UGT, Força Sindical, Nova Central, CTB e CBS), mas a decisão é de todo o Conselho, que é tripartite, formado também pelas bancadas do governo e do empresariado. Cada bancada tem seis representantes.

Os sindicalistas decidiram fazer a proposta depois de avaliar as consequências da pandemia do novo coronavírus (Covid 19), que agravou a crise econômica do país e aumentou as taxas de desemprego, atingindo 13,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. E como a retomada da economia deverá ser lenta, a previsão das centrais é que aumente ainda mais o número de desempregados até que se abram novas oportunidades para este imenso contingente de trabalhadores sem renda e sem emprego. O tempo fora do mercado de trabalho vai ficar maior ainda.

A expectativa é de que o pagamento de mais duas parcelas atenda a 6 milhões de trabalhadores, que recebem em média R$ 1.300,00 de seguro-desemprego. O teto do benefício é hoje de R$ 1.813,03.

"Entendemos que o trabalhador demitido em março, no inicio da pandemia, terminou de receber as parcelas do seguro-desemprego em julho, exatamente o mês em que se encerraram as inscrições para o recebimento do auxílio emergencial de R$ 600,00. Assim esses trabalhadores ficaram desamparados", diz o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em Brasília, Clovis Scherer, que assessora a CUT, ao defender o pagamento de mais duas parcelas.

Para obter os recursos estimados em R$ 16 bilhões para o pagamento dessas parcelas extraordinárias, a bancada dos trabalhadores no Codefat argumenta que o "Orçamento de Guerra" e o decreto de calamidade pública com validade até o final deste ano, permitem gastos adicionais do governo federal no combate à crise econômica agravada pela pandemia.

Por lei, o Codefat não pode gerar despesas que comprometam mais do que 10% de reserva mínima do seu fundo (R$ 1,4 bilhão), e a extensão do seguro-desemprego ultrapassa este valor em mais de dez vezes.

Segundo Clovis Scherer, este é o ponto chave

a ser debatido no Codefat. Mas, dada a situação atual, será possível utilizar o orçamento de guerra e o decreto de calamidade pública que preveem que nesta situação e, desde que não gere despesa futura e que ela não seja permanente, o governo pode gastar mais do que o previsto em lei.

"Tivemos um primeiro debate com os grupos que analisam os pareceres técnicos do governo federal, a respeito da legalidade de aprovação do prolongamento do pagamento do seguro-desemprego, e a Secretaria do Orçamento Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda emitiram pareceres afirmando que é possível sim o governo dar um crédito extraordinário via Medida Provisória", explica Clovis Scherer.

O representante da CUT no Codefat, Quintino Severo, concorda que embora o saldo do Conselho seja insuficiente para pagar mais duas parcelas, é possível utilizar o decreto da pandemia para ultrapassar o limite deste crédito.

"Estamos apostando nesta aprovação para atender os trabalhadores que estão cadastrados e habilitados no programa do seguro-desemprego", defende Severo.

De acordo com o dirigente, independentemente da injeção de R$ 16 bilhões na economia do país, o mais importante é dar um alívio financeiro para as pessoas que perderam seus empregos na pandemia.

A proposta da CUT e demais centrais é no sentido de impactar positivamente na vida desses trabalhadores, que não têm perspectiva de melhora a curto prazo, e não apenas injetar dinheiro na economia- Quintino Severo

O trâmite da votação no Codefat

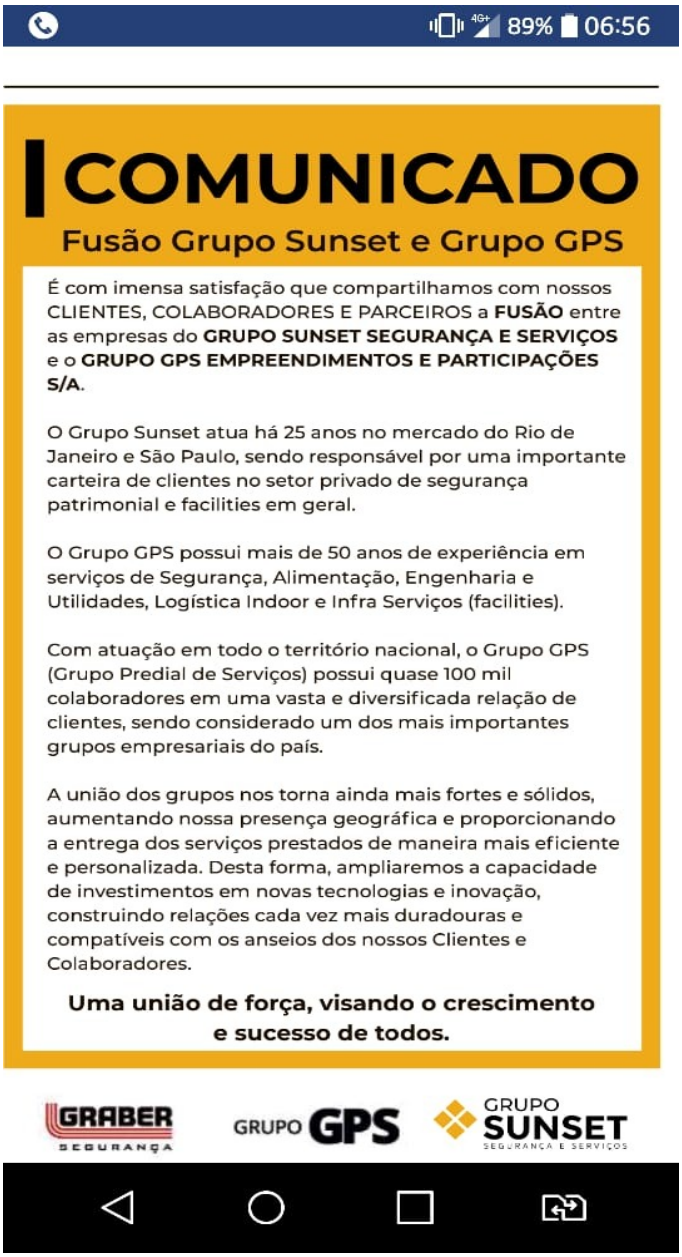
A sessão do Codefat que vai analisar a extensão do seguro-desemprego e outras medidas relativas ao Conselho, terá início às 14 horas desta quinta (24).

"Para ser aprovada, é preciso que haja pelo menos 10 votos favoráveis, de 18 conselheiros que compõem o Codefat. Em caso de empate, o presidente do órgão, Canindé Pegado (UGT), terá o voto de minerva, para desempatar a votação", explica o representante da CUT no Conselho, Quintino Severo.

Se aprovada, caberá a Jair Bolsonaro (ex-PSL) enviar ao Congresso Nacional, uma Medida Provisória (MP) autorizando o repasse da verba aos trabalhadores.

FONTE: CUT

INFORMAÇÃO DE INTERESSE



Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF